

5.1.14. Função Relações Exteriores

O Ministério das Relações Exteriores é o órgão político-administrativo encarregado de auxiliar o Presidente da República na formulação da política externa, assegurar sua execução e manter relações com os Estados estrangeiros, organismos e organizações internacionais, promovendo os interesses nacionais e articulando as ações do governo no plano externo, com vistas a criar ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável do Brasil, com equidade e justiça social, mediante a defesa da prevalência da paz, do recurso ao multilateralismo, do primado do Direito e da democracia no sistema decisório internacional e do respeito à igualdade jurídica entre os Estados e ao princípio da não-intervenção.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO "RELAÇÕES EXTERIORES" 2005/2009

em R\$ milhões

RELAÇÕES EXTERIORES	EMPENHADO					
	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
OFSS	1.517,6	1.380,4	1.462,4	1.892,1	1.521,5	7.774,1

Fonte: COF - MRE - Base: 12/2009.

Os valores empenhados na função "Relações Exteriores", entre os anos de 2005 e 2009, não variaram significativamente. Em 2009, o valor empenhado foi de aproximadamente R\$ 1.521.512.290,76, que é relativamente parecido à média dos valores empenhados nesses cinco anos, de R\$ 1.551.481.089.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES - 2005

em R\$ milhões

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES POR SUBFUNÇÕES		EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES EM OUTRAS FUNÇÕES		TOTAL DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES	
	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%
Subfunções Típicas	937,7	59,6	8,7	5,5	947,4	56,37
211 - Relações Diplomáticas	508,4	33,4	-	-	508,4	30,27
212 - Cooperação Internacional	429,3	28,2	8,7	5,5	438	26,1
Outras Subfunções	614,6	40,4	15,6	9,8	630,2	37,5
TOTAL	1.552,3		24,3		1.576,6	

Fonte: Siafi Gerencial - Base: 02/02/10

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES - 2006

em R\$ milhões

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES POR SUBFUNÇÕES		EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES EM OUTRAS FUNÇÕES		TOTAL DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES	
	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%
Subfunções Típicas	749,8	54,1	0,2	0,1	750	49
211 - Relações Diplomáticas	444	32	-	-	444	29
212 - Cooperação Internacional	305,8	22,1	0,2	0,1	306	20
Outras Subfunções	636,3	45,9	0,7	0,5	637	41,6
TOTAL	1.386,1		0,9		1.387,0	

Fonte: Siafi Gerencial - Base: 02/02/10

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES - 2007

em R\$ milhões

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES POR SUBFUNÇÕES		EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES EM OUTRAS FUNÇÕES		TOTAL DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES	
	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%
Subfunções Típicas	776,9	52,7	0,2	0,1	777,1	47,4
211 - Relações Diplomáticas	468,6	31,8	-	-	468,6	28,6
212 - Cooperação Internacional	308,3	20,9	0,2	0,1	308,5	18,8
Outras Subfunções	696,9	47,3	0,3	0,2	697,2	42,5
TOTAL	1.473,8		0,5		1.474,3	

Fonte: Siafi Gerencial - Base: 02/02/10

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES - 2008

em R\$ milhões

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES POR SUBFUNÇÕES		EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES EM OUTRAS FUNÇÕES		TOTAL DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO RELações EXTERIORES	
	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%
Subfunções Típicas	1031,5	54,2	0,3	0,18	1031,8	49,3
211 - Relações Diplomáticas	663,1	34,8	-	-	663,1	31,7
212 - Cooperação Internacional	368,4	19,4	0,3	0,18	368,7	17,6
Outras Subfunções	872,3	45,8	1,8	1	874,1	41,8
TOTAL	1.903,8		2,1		1.905,9	

Fonte: Siafi Gerencial - Base: 02/02/10

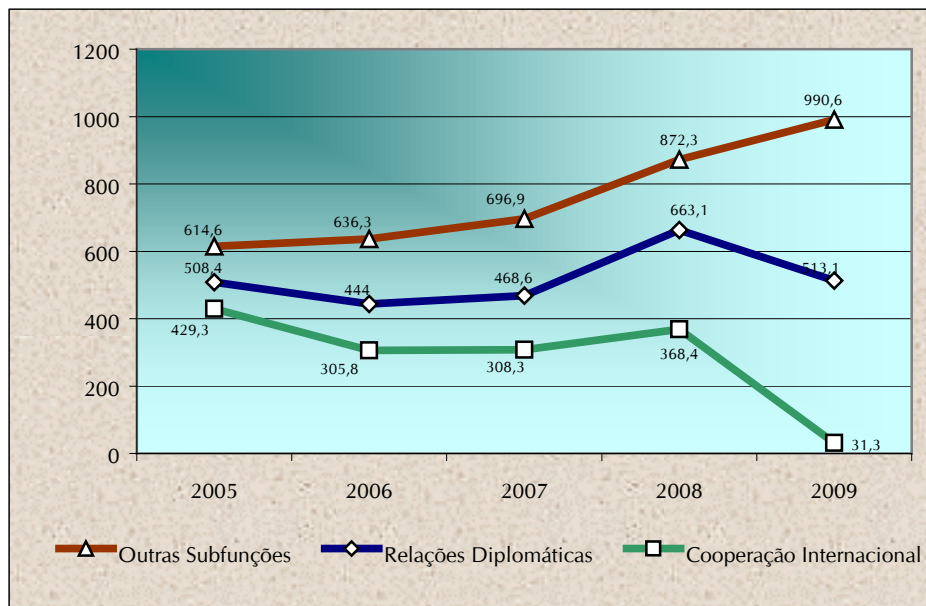
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES - 2009

em R\$ milhões

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES POR SUBFUNÇÕES		EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES EM OUTRAS FUNÇÕES		TOTAL DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO RELações EXTERIORES	
	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%
Subfunções Típicas	544,4	35,4	-	-	544,4	
211 - Relações Diplomáticas	513,1	33,4	-	-	513,1	29,2
212 - Cooperação Internacional	31,3	2	-	-	31,3	1,8
Outras Subfunções	990,6	64,6	3,8	1,74	994,4	56,6
TOTAL	1.535		3,8		1.538,8	

Fonte: Siafi Gerencial - Base: 02/02/10

EMPENHOS EMITIDOS PELAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO RELações EXTERIORES (EM R\$ MILHÕES)



O gráfico acima registra a evolução dos empenhos emitidos pelas subfunções da função Relações Exteriores. A subfunção Relações Diplomáticas manteve-se ascendente entre os anos 2005 e 2008, com queda no empenho de 2009, que, no entanto, permaneceu em nível superior ao de 2005. A subfunção Cooperação Internacional teve um comportamento levemente descendente entre 2005 e 2008 e uma queda maior em 2009. O item Outras Funções reúne as subfunções não típicas da função Relações Exteriores, as quais apresentaram movimento ascendente no decorrer dos cinco anos em análise.

Programas Estruturantes em 2009

em R\$ 1,00

PROGRAMA	LOA + CRÉDITOS	DISPONÍVEL	A LIQUIDAR	LIQUIDADO	% EMPENHADO
0355 - Promoção das Exportações	18.747.181,22	3.059.358,68	244.132,42	15.443.690,12	83,68
0682 - Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior	35.274.724,24	897.350,58	748.929,33	33.628.444,33	97,46
0683 - Gestão da Política Externa	66.136.365,45	13.908.516,68	1.813.352,90	50.414.495,87	78,97
0685 - Ensino Profissional Diplomático	3.404.063,36	588.561,62	251.036,97	2.564.464,77	82,71
1264 - Relações e Negociações do Brasil no Exterior e Atendimento Consular	528.211.944,47	127.869.015,26	8.323.362,53	392.019.566,68	75,79
TOTAL	651.774.278,74	146.322.802,82	11.380.814,15	494.070.661,77	77,37

Este quadro demonstra que os cinco projetos estruturantes do Itamaraty apresentaram uma realização média de aproximadamente 78%.

O Programa – Promoção das Exportações – empenhou aproximadamente 84% dos recursos disponibilizados. Uma série de fatores contribuiu para que esse programa não obtivesse um percentual de execução mais elevado. O orçamento reservado a promoção comercial não foi aproveitado em sua totalidade, uma vez que a crise financeira internacional provocou uma atitude de cautela no mundo empresarial, de modo geral. Eventos e missões empresariais que foram aventados para serem realizados em 2009 não o foram, como foi o caso, por exemplo, da realização da “Semana Brasil-Bolívia de Moda”, que, previa-se, envolveria a organização de uma série de eventos, dentre os quais seminários e workshops. Produziu-se igualmente uma retração do número de eventos paralelos implementados em visitas presidenciais. De forma geral, houve retração do interesse de companhias brasileiras em expor seus produtos em feiras e mostras, privilegiando outras formas, menos onerosas, de promoção de negócios, devido à crise financeira mundial.

O Programa – Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior – obteve quase 98% de realização dos recursos oferecidos. Quanto à gestão orçamentária, foram executados 99,99% dos recursos destinados às atividades da Fundação Alexandre de Gusmão, bem como 99,99% dos recursos referentes ao custeio da Gestão e Administração. Apenas os recursos destinados à capacitação de servidores não puderam ser executados na íntegra, tendo em vista as diversas atividades implementadas face ao reduzido quadro de pessoal da Fundação. Apesar da solicitação junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com vistas a realização de concurso público para preenchimento das vagas disponíveis no seu Quadro de Pessoal, a Fundação ainda não obteve tal autorização.

O Programa – Gestão da Política Externa – empenhou aproximadamente 79% de seu orçamento. Este programa foi realizado a contento, pois o percentual de execução financeira total resultou superior a 70% e, para a maioria das Ações, a execução física atingiu percentual igual ou superior a 60% da meta estimada, à exceção da Ação 1C90 - “Construção do Anexo III do Ministério das Relações Exteriores”, pois não foi possível licitar as obras em decorrência do atraso na aprovação dos projetos executivos pela Administração de Brasília. Pela Ação – “Manutenção do Cerimonial”, foram realizados eventos relacionados a visitas de 127 altas autoridades estrangeiras

ao Brasil, entre as quais 38 Chefes de Estado, 5 Chefes de Governo e 37 Chanceleres, e, pela Ação 6218 – “Missões Oficiais do Presidente e Vice-Presidente da República ao exterior”, foram possibilitadas 43 Missões oficiais a 30 países. No âmbito da Ação – “Cooperação com Países de Língua Oficial Portuguesa e Países Membros de Organismos Regionais Africanos”, foram registrados 68 eventos. A Ação – “Sistema de Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação (Sictex)” permitiu incentivar a cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e países parceiros, e a Ação – “Cooperação Técnica Internacional” implementar 915 projetos.

Pode-se afirmar que a não utilização total dos recursos disponíveis se deveu, entre outros fatores, ao encerramento, em julho de 2009, do Projeto BRA 034 que o MRE mantinha com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), esgotada a possibilidade de ulterior renovação contratual. O fim do referido projeto implicou alteração na dinâmica de contratação de serviços, fazendo que a Unidade Gestora tivesse de realizar processo licitatório – atualmente em curso – e capacitar quadro de funcionários próprio para operar na nova sistemática. Um segundo fator foi a reestruturação interna de parte do Itamaraty, na qual a Unidade Gestora da Ação– Sistema de Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação – sofreu adaptações no organograma e teve de administrar a entrada do tema “energia” em sua pauta.

A Ação – Demarcação de Fronteiras – é coordenada pelo Itamaraty e por duas Comissões, a PCDL (Primeira Comissão Demarcadora de Limites), com sede em Belém e responsável pelas fronteiras com Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia e Peru, e a SCDL (Segunda Comissão Demarcadora de Limites), sediada do Escritório de Representação do Rio de Janeiro e responsável pelas fronteiras com Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. As Comissões são responsáveis pelas Campanhas de inspeção, demarcação e densificação de limites com os países limítrofes. O Programa Anual de Trabalho para 2009, apresentado pelas Comissões, previa a realização de 10 Campanhas e 10 Conferências, mas, como a execução dessa ação é uma atividade realizada bilateralmente, envolvendo os países limítrofes, a execução das campanhas de inspeção, demarcação e densificação de limites depende da disponibilidade da outra parte, pois os trabalhos de campo são realizados em conjunto, não foram realizadas 6 Conferências e 4 Campanhas.

O Programa– Ensino Profissional Diplomático – teve aproximadamente 83% de seus recursos realizados. Mais especificamente, o Programa de Ação Afirmativa – que é uma das ações do Programa 0685 – tem produzido resultados a longo prazo. A decisão de permitir que bons candidatos sejam selecionados mais de uma vez para a Bolsa-Prêmio mostrou-se muito frutífera. A maior parte dos ex-bolsistas aprovados no Concurso Público de Admissão à Carreira de Diplomata recebeu a bolsa em duas edições do Programa. Essa tendência explica-se, de um lado, pela complexidade intrínseca do concurso, que exige preparação de longo prazo, e, de outro lado, pelo amadurecimento intelectual proporcionado pela dedicação aos estudos, condição fundamental para a aprovação.

A verificação dos efeitos positivos resultantes do investimento mais prolongado nos candidatos que demonstram maior preparo intelectual e dedicação ensejou, em 2007, a iniciativa de permitir que candidatos já contemplados duas vezes com a Bolsa-Prêmio pudessem concorrer, em igualdade de condições com os demais candidatos, a uma terceira bolsa.

Os resultados do Programa, importantes em termos absolutos, impressionam ainda mais se considerados em termos relativos, pela comparação do desempenho dos ex-bolsistas com o universo total dos candidatos ao CACD. O percentual de aprovação de ex-bolsistas é várias vezes superior ao percentual de aprovados no conjunto dos candidatos.

Na análise dos dados que comprovam esse desempenho, deve-se observar que número de bolsas não corresponde ao número de beneficiários. Até a data presente, 168 bolsistas receberam 243 bolsas-prêmio, em virtude do fato de que as mesmas podem ser recebidas duas ou até três vezes pelo mesmo candidato. Do total de 168 bolsistas, 15 foram aprovados no CACD, correspondendo a 8,93%, nível bastante elevado de aproveitamento, se considerarmos a relação candidato/vaga, historicamente muito alta no CACD.

O Programa– Relações e Negociações do Brasil no Exterior e Atendimento Consular – empenhou aproximadamente 76% de seu orçamento. O desempenho deve ser considerado satisfatório, tendo em vista – no caso da Ação 2529 – a natureza imprevisível das demandas que recaem sobre essa ação (determinadas em ampla medida por situações emergenciais como catástrofes naturais, conflitos armados e alterações de ordem política ou econômica em países estrangeiros, ou pela celebração de acordos que permitem o desenvolvimento de programas de regularização migratória). Assim, o menor gasto de recursos nessa rubrica pode indicar ter havido redução do número de emergências (ressalte-se que o ataque a brasileiros no Suriname ocorreu na noite de Natal de 2009 e que os gastos com essa crise em grande medida serão custeados com recursos de 2010), ou então economia de recursos advinda da utilização, sempre que possível, de UTIs aéreas e aeronaves militares da Força Aérea Brasileira como forma de redução de custos em casos mais onerosos de repatriação de brasileiros.

Com relação à Ação – Relações e Negociações com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) –, no exercício de 2008, foram creditados R\$ 2.200.000,00. Desse montante, foram empenhados e pagos R\$ 2.157.956,00, representando índice de execução de 98,09%.

No exercício de 2009, no entanto, foram creditados R\$ 3.000.000,00 na mesma Ação. Desses recursos, foram empenhados e pagos R\$ 1.930.867,00, representando índice de execução de 64,36%. Apesar disso, as atividades de manutenção do Posto mantiveram-se nos mesmos níveis do exercício anterior. Com a diminuição da taxa cambial no decorrer de 2009, no entanto, o índice de execução da ação parece menor do que efetivamente foi.

As ações desenvolvidas pelo Ministério em 2009, a seguir resumidas, inserem-se no contexto do Plano Plurianual (PPA), que atingiu suas metas de política externa.

Política Internacional e Relações Diplomáticas

Relações Bilaterais

América do Sul, Central e Caribe

O Brasil continuou a buscar o adensamento das relações bilaterais no entorno regional e o aprofundamento da integração na América do Sul e, mais amplamente, na América Latina e Caribe.

No plano bilateral, Brasil e Argentina decidiram promover encontros presidenciais a cada 90 dias e reuniões ministeriais a cada 45 dias, com o propósito de assegurar os objetivos de um espaço econômico integrado e dinâmico. Com relação ao Uruguai, além da abertura de escritórios do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) naquele país, avançou-se nas discussões sobre interconexão elétrica, reforma da ponte Barão de Mauá e construção da segunda ponte sobre o Rio Jaguarão.

Com respeito ao Paraguai, a Declaração Presidencial Conjunta de 25 de julho pretendeu marcar uma nova etapa na relação bilateral, com uma série de entendimentos entre os dois países, em especial sobre aspectos relacionados à gestão da usina hidrelétrica binacional de Itaipu e aos rendimentos auferidos pelo Paraguai com a cessão de energia ao Brasil. O fomento à infra-estrutura viária continuou a ter importância central na agenda bilateral com a Bolívia, de que são exemplos a inauguração de dois trechos do futuro Corredor Rodoviário Interoceânico Brasil-Bolívia-Chile e a assinatura do protocolo sobre financiamento brasileiro da Rodovia Villa Tunari-San Ignacio de Los Moxos, projeto prioritário para o desenvolvimento da região central daquele país.

No que toca ao Chile, foram assinados acordos bilaterais nas áreas de consultas políticas de alto nível, envios postais, serviços aéreos, cooperação em matéria educacional, previdência social e cooperação aduaneira. Com o Peru, avançou-se especialmente em assuntos de

integração fronteiriça e energética. Em favor do Equador, o Brasil concedeu preferências tarifárias a mais de 3 mil produtos, com vistas a aprofundar o intercâmbio comercial entre os dois países. A primeira ligação física entre o Brasil e a Guiana foi estabelecida com a inauguração de ponte sobre o Rio Tacutu. Em relação ao Suriname, foram concluídas as negociações de reescalonamento da dívida daquele país com o Brasil, tema pendente há 11 anos. Avançou-se, ademais, na cooperação técnica e militar.

Em Reunião Ministerial da Cúpula da América Latina e Caribe para a Integração e o Desenvolvimento (Calc), foi aprovado o “Plano de Ação de Montego Bay”, que procurou traduzir, em medidas concretas, o espírito de integração e diálogo entre os países da região enunciado na Cúpula de Salvador, em 2008.

O processo de institucionalização da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) viu-se reforçado com a criação de quatro conselhos em nível ministerial. Inquietações derivadas da assinatura de acordo de cooperação militar entre a Colômbia e os EUA, que prevê o uso, por este país, de bases colombianas, deram oportunidade à Unasul de consolidar-se como espaço privilegiado de diálogo e concerto regional. A ação política da Unasul manifestou-se igualmente na adoção de posição firme contra o golpe de Estado ocorrido em Honduras, em junho. A mesma postura foi adotada no âmbito do Grupo do Rio.

A integração financeira da América do Sul avançou com a assinatura, por sete países da região, entre os quais o Brasil, do Convênio Constitutivo do Banco do Sul, em agosto. Ademais, o Brasil tornou-se membro especial da Corporação Andina de Fomento (CAF), o que implicará mais que duplicar, em 2010, sua participação acionária naquela entidade.

A aproximação entre o Brasil e os países da região da América Central e do Caribe, intensificada em anos recentes, teve continuidade. Os principais eixos dessa aproximação foram a robusta cooperação técnica oferecida pelo Brasil, o aumento da presença de empresas brasileiras naquela região, sobretudo na área de infra-estrutura, e o comércio, pouco afetado pela crise financeira internacional. Como demonstração de seu compromisso com o Caribe, o Brasil decidiu abrir Embaixadas residentes em São Vicente e Granadinas, São Cristóvão e Neves, Antígua e Barbuda e Dominica.

O Brasil realizou intensos esforços diplomáticos em nível multilateral e bilateral para a condenação veemente da destituição e do exílio forçados do Presidente Constitucional Manuel Zelaya e para sua recondução ao cargo. O Brasil não reconheceu o governo “de facto” instalado em Tegucigalpa e adotou uma série de medidas de retaliação, como a paralisação da análise de pedidos de financiamento para obras em Honduras.

As relações com o México foram alçadas a patamar superior em agosto, quando se decidiu aprofundar os vínculos comerciais entre ambos os países, o que pode incluir a negociação de um acordo de livre comércio em 2010. Com respeito ao Haiti, além da presença brasileira

na Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (Minustah), o Brasil deu seguimento a um intenso programa de cooperação, incluindo doações de alimentos à população haitiana.

O Brasil teve papel protagônico na Coordenação Regional da Cúpula América do Sul – Países Árabes (Aspa), tendo acolhido encontros preparatórios para a II Cúpula Aspa (Doha, março) e participado das reuniões que a antecederam: de Altos Funcionários (Cairo, fevereiro) e de Chanceleres (Cairo, março).

Ásia e Oceania

Com vistas a colocar em prática a vocação universalista de nossa política externa, altos representantes do Governo brasileiro visitaram países da Ásia e Oceania, e receberam visitas de autoridades desses continentes.

O Chanceler iraniano visitou o Brasil, em março. Aconteceu, em setembro, em Teerã, a VII Reunião de Consultas Políticas Brasil-Irã. O Presidente do Irã visitou o Brasil, em novembro. Assinaram-se acordos de cooperação nas áreas de cultura, ciência e tecnologia, agricultura e de isenção de vistos para passaportes diplomáticos.

O Presidente da República do Uzbequistão visitou Brasília, em maio, ocasião em que se assinaram declaração conjunta e acordos de cooperação nas áreas de minas e energia, cultura, esportes, turismo, agricultura, comércio e investimentos.

Em janeiro, missão indiana chefiada pelo Diretor da DRDO (Organização de Pesquisa e Desenvolvimento na área da Defesa), vinculada ao Ministério da Defesa da Índia, esteve no Brasil, para contatos com o setor de defesa brasileiro. Realizou-se, em agosto, em Brasília, a IV Comissão Mista Brasil-Índia, que acordou diversas iniciativas com o objetivo de expandir o comércio e os investimentos bilaterais, bem como a cooperação em energia, agricultura, temas sociais, espaço e defesa. Houve, ainda, visita bilateral ao Brasil do Chanceler indiano, em agosto.

Brasil e Butão estabeleceram relações diplomáticas. Realizou-se visita do Primeiro-Ministro do Butão para participar da V Conferência Internacional sobre Felicidade Interna Bruta, a convite da Itaipu Binacional.

Com relação à Austrália, houve negociação do Plano de Ação Brasil-Austrália com o objetivo de elevar as relações bilaterais a uma Parceria Reforçada. Em agosto, realizou-se a visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores da Austrália.

No que tange à Nova Zelândia, o Ministro da Agricultura e Reflorestamento neozelandês visitou o Brasil, para estimular o comércio e os investimentos bilaterais no setor agrícola.

No âmbito do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas), realizaram-se cerca de 30 eventos, visando à coordenação sobre temas distintos, como propriedade

intelectual, direitos humanos, Oriente Médio, Antártida, mudança do clima e comércio internacional. No tocante ao Fundo Ibas, o ano de 2009 marcou o início da execução de quatro iniciativas. Além dos já iniciados projetos no Haiti e na Guiné-Bissau, agora começam a fazer parte do mapa de beneficiários Palestina, Burundi, Camboja e Cabo Verde.

O Grupo do qual participam Brasil, Rússia, Índia e China (Brics) realizou, em maio, na Rússia, a I Cúpula de Chefes de Estado/Governo.

Sobre o Foro de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (Focalal), realizou-se reunião de Altos Funcionários (Buenos Aires, 7 e 8 de abril) e publicação de livro sobre a III Reunião Ministerial do Focalal. Foi particularmente expressiva a troca de visitas de autoridades de alto nível entre o Brasil e a China. Dessa intensa troca de visitas de alto nível, resultou a assinatura de importantes instrumentos bilaterais, em áreas como energias renováveis, petróleo, ciência e tecnologia, e cooperação financeira. O Brasil instalou Embaixada residente em Pionguangue, na Coreia do Norte, em junho.

Na I Reunião da Comissão Mista Brasil-Indonésia, em Brasília, foi adotado o Plano de Ação da Parceria Estratégica.

Realizou-se Sessão Ministerial entre o Mercado Comum do Sul e a Associação De Nações Do Sudeste Asiático (Mercosul - Asean) em setembro, à margem da 64ª Assembléia Geral das Nações Unidas.

África

Cúpula América do Sul – África (Asa) - O Brasil teve papel ativo no exercício da função de Coordenador Regional para a América do Sul e no preparo da participação brasileira na II Cúpula Asa, realizada na Venezuela, em setembro. A Ação “Cooperação com Países de Língua Oficial Portuguesa e Países Membros de Organismo Regionais Africanos” visa a beneficiar especificamente os países africanos (e, excepcionalmente, também o Timor-Leste) e reforçar a capacidade institucional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), de organismos regionais africanos e dos seus países membros. A LOA 2009 alocou R\$ 3.680.000,00 à referida ação orçamentária. Esses recursos, que foram disponibilizados e executados em sua totalidade, de uma forma geral, atenderam aos objetivos do fortalecimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e da intensificação da cooperação com Organismos regionais africanos (como o Centro de Formação em Desminagem Humanitária da África do Oeste - CPADD) e com países membros dessas organizações.

Os recursos da Ação “Cooperação com Países de Língua Oficial Portuguesa e Países Membros de Organismo Regionais Africanos” possibilitaram, ainda, a execução de atividades de cooperação que, por razões diversas, não se enquadram no escopo de atividades de cooperação institucional prestada pelo Brasil a outros canais. No caso particular da CPLP, a participação de representantes dos

países membros em eventos, muitas vezes, somente se viabiliza pelo apoio brasileiro, canalizado por meio da CPLP. Esta ação, além de fortalecer a Comunidade, já que os Estados Membros passam a ver nela meio efetivo de concretização de iniciativas, constitui apoio importante para a própria realização de eventos no Brasil, que se vêm assim enriquecidos pela participação de representantes oriundos de países carentes de recursos e que, sem o apoio brasileiro, não se fariam representar.

O “III S.O.S África”, realizado pela Federação Internacional Democrática das Mulheres (São Paulo- SP); o V Congresso sobre Planejamento de Zonas Costeiras dos Países de Expressão Portuguesa (Itajaí - SC); o “Encontro Preparatório para o Fórum da Sociedade Civil” (Salvador - BA); o “V Encontro Empresarial da CPLP” (Fortaleza - CE); e o “Encontro sobre a Saúde Mental na CPLP” (Rio de Janeiro - RJ) são alguns dos eventos que se enquadram nessa situação e que contaram com o apoio financeiro do setor competente do Itamaraty.

Outra área que recebeu o apoio financeiro ao abrigo da Ação “Cooperação com Países de Língua Oficial Portuguesa e Países Membros de Organismo Regionais Africanos” foi a da cooperação. Trata-se de setor fundamental para a estruturação institucional dos Estados da CPLP. Sem o apoio brasileiro, provavelmente os países beneficiários não teriam como enviar seus representantes para aprimorar sua formação nas Academias militares brasileiras. Além de contribuir para a formação dos militares da CPLP, o Itamaraty apoiou financeiramente a realização de missões de prospecção de futuras cooperações do Ministério da Defesa do Brasil aos seguintes países: Guiné-Bissau (para avaliação da infraestrutura local com vista à futura instalação da Missão Militar Brasileira na Guiné-Bissau); São Tomé e Príncipe (Missão técnica da Marinha e Aviação Civil); e Moçambique (Missão técnica para tratar de Operações de Apoio à Paz).

O Itamaraty transferiu recursos ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para apoio à realização das eleições presidenciais na Guiné-Bissau. O apoio em temas eleitorais traduziu-se também em aportes à CPLP, na forma de contribuição para a organização de missões de observação eleitoral da Comunidade, nas eleições da Guiné-Bissau e de Moçambique. No tocante à cooperação em temas educacionais, foram liberados recursos que possibilitaram a execução da II Edição do Programa de Incentivo à Formação Científica, executado em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Os recursos possibilitaram que cerca de 200 estudantes de Angola, Moçambique e Cabo Verde realizassem estágio em universidades brasileiras, durante o período de férias escolares.

Oriente Médio:

O Brasil participou da Conferência Internacional sobre a Economia Palestina e a Reconstrução de Gaza, promovida pelo Egito, em 02 de março. Nessa reunião, o Brasil anunciou uma contribuição de US\$ 10 milhões. Em

outubro, o país participou do Fórum Internacional de Jerusalém, promovido pelo Rei do Marrocos, em Rabat. Destaca-se ainda, em julho, o XVII Seminário Internacional de Mídia sobre Paz no Oriente Médio, realizado no Rio de Janeiro. Em acolhimento à solicitação da Organização das Nações Unidas (Onu), o colóquio reuniu representantes da sociedade civil, diplomatas, jornalistas e cientistas políticos com reconhecida atuação junto à comunidade internacional naquela matéria. No Oriente Médio, a rede de representação brasileira foi ampliada. A Embaixada em Omã, instaurada por decreto de abril de 2008, passou a operar de forma mais efetiva a partir do segundo semestre, com a inauguração de suas comunicações pela Intratec. Por sua vez, a Embaixada junto ao Governo do Iraque, sediada em Amã, continua em processo de transferência para a nova sede já alugada em Bagdá, onde se aguarda a conclusão das etapas de adaptação arquitetônica e de segurança.

Multilateralismo

Nações Unidas: O Brasil foi eleito pela 10ª vez, feito só igualado pelo Japão, membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) para o biênio 2010 e 2011. Logrou-se eleger um especialista brasileiro para a Comissão para Direito Comercial Internacional e outro para a Comissão do Serviço Público Internacional. Aprovou-se, na Assembleia-Geral das Nações Unidas (AGNU), resolução que determina a continuação imediata das negociações sobre a reforma do CSNU. Renovou-se mandato da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah), cujo comando cabe ao Brasil desde sua criação, em 2004, e para a qual contribui com significativo contingente militar.

Desarmamento e Não-Proliferação: O Brasil assumiu a Presidência do Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis e sediou sua 24ª Plenária Anual. Organizou Curso Regional de assistência e proteção para resposta a emergências químicas e Curso Regional para operadores do Sistema Internacional de Monitoramento do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares. Explorou possibilidade de constituição de empresa binacional Brasil-Argentina na área nuclear. Assinou com a França acordo para a produção de submarino convencional movido a energia nuclear.

Direitos Humanos: O Brasil elaborou resolução, aprovada por consenso pelo Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), sobre proteção e combate à discriminação das pessoas com AIDS; logrou eleger uma juíza brasileira para a Relatoria Especial sobre Independência de Juízes e Advogados. Assumiu presidência do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e participou da revisão da Conferência contra o Racismo, a Discriminação Racial e a Xenofobia.

Meio Ambiente: O Brasil engajou-se no processo negociador que culminou na 15ª Conferência das Partes (Cop-15) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em Copenhague. No plano interno, adotou objetivos voluntários de redução do

desmatamento e de emissões de gases de efeito estufa. Obteve apoio do G-77/China e da União Europeia para a proposta de realizar, em 2012, nova cúpula sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável (Rio+20). Na parceria estratégica Brasil-França, deu-se início à implementação do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica e do Comitê Binacional do Protocolo para o Desenvolvimento Sustentável do Bioma Amazônico.

Desenvolvimento e Saúde: Criou-se Força-Tarefa para examinar a viabilidade técnica e jurídica de contribuição sobre operações financeiras internacionais, com vistas a financiar o desenvolvimento de países pobres. A Central Internacional para Compra de Medicamentos contra AIDS, Tuberculose e Malária (UNITAID) aprovou decisão sobre os recursos da contribuição voluntária solidária sobre bilhetes aéreos, a serem geridos pela Fundação Milênio, cujo conselho conta com representante brasileiro.

Temas Econômicos

A fim de elevar o perfil do debate sobre investimentos públicos no plano internacional e chamar a atenção para a importância das inversões públicas para o crescimento econômico e o desenvolvimento social, o Itamaraty promoveu, em conjunto com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Seminário de Alto Nível sobre o Papel dos Investimentos Públicos na Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social, realizado no Rio de Janeiro, em julho.

O Itamaraty coordenou a participação brasileira nos seguintes contenciosos no âmbito do Mecanismo de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC): subsídios ao algodão, movido contra os EUA - procedimento de arbitragem, concluído em agosto, definiu montante e modalidade da retaliação a que o País tem direito. O MRE coordena Grupo de Trabalho interministerial para preparar proposta à Câmara de Comércio Exterior (Camex) de contramedidas nas áreas de bens, propriedade intelectual e serviços; pneus reformados, movido pelas Comunidades Europeias (CE) contra o Brasil - em setembro, o Brasil notificou à OMC o cumprimento das decisões do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC); medida antidumping sobre suco de laranja, movido contra os EUA - painel estabelecido, em processo de seleção de painelistas; subsídios à exportação de açúcar, movido contra as CE - monitoramento do processo de implementação. Além desses casos, o Itamaraty atuou na coordenação da participação brasileira em diversos contenciosos na OMC nos quais o Brasil ingressou como terceira parte.

O Brasil participou das negociações agrícolas no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Na condição de coordenador do G-20, o Brasil defendeu a pronta retomada das negociações. Foi dado prosseguimento aos esforços de manutenção e abertura de novos mercados para os produtos agrícolas brasileiros. Foram realizadas 17 missões técnicas internacionais ao Brasil, para inspeções na área de defesa agropecuária, cujos resultados foram a aprovação

das exportações de material genético avícola para a União Européia, de carne suína para o Vietnã e Filipinas, de carne bovina *in natura* para a Indonésia e o aumento das exportações de carne bovina para o Chile. Manteve-se, ainda, elevado grau de participação no Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC e nos órgãos normativos internacionais de referência na matéria (Codex Alimentarius, Organização Mundial de Saúde Animal e Convenção Internacional de Proteção de Vegetais).

O MRE coordenou a atuação brasileira no Grupo Negociador de Regras (GNR) no âmbito da Rodada do Desenvolvimento (Rodada Doha) de negociações comerciais na Organização Mundial do Comércio (relativo a negociações de acordos sobre antidumping, subsídios horizontais e subsídios à pesca), no Entendimento Setorial Aeronáutico (ASU) e nas atividades da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de Crédito à Exportação, Aço, Concorrência e Construção Naval. No âmbito do Comitê de Financiamento e Garantia às Exportações (Cofig), acompanhou as operações de financiamento das exportações de aeronaves civis de modo a assegurar sua compatibilidade com as normas do ASU. Quanto à defesa comercial, participou do Grupo Técnico de Defesa Comercial (GTDC) e apoiou exportadores brasileiros em processos iniciados por terceiros países, como Colômbia (borracha), Ucrânia (frangos) e Comunidades Européias (alumínio). Coordenou ainda ação contrária aos subsídios à indústria de papel e celulose nos EUA e à produção de nova linha de jatos comerciais no Canadá e no Japão.

O Brasil manteve o alto perfil de atuação no âmbito das negociações relativas a bens industriais no contexto da Rodada Doha, na defesa de seus interesses e dos interesses dos países em desenvolvimento, especialmente dos países de menor desenvolvimento econômico relativo. Com vistas ao incremento do comércio sul-sul, o Brasil contribuiu ativamente para o acordo, alcançado em 2009, para as negociações da Rodada São Paulo do Sistema Geral de Preferências Comerciais, cuja conclusão está prevista para 2010. Ocorreram ainda negociações bilaterais para abertura de mercados e cooperação regulatória com Estados Unidos, China, União Européia, Canadá e Rússia, entre outros.

A diplomacia brasileira negociou temas relativos à propriedade intelectual junto à Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), à Organização Mundial do Comércio (OMC), à Organização Mundial de Aduanas (OMA), bem como tomou parte em reuniões bilaterais com Estados Unidos, China, Japão e Comunidades Européias (CE). As principais evoluções nos foros multilaterais foram o questionamento, no âmbito do Conselho de Direitos da Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Trips) da OMC, por Brasil, Índia e outros, de apreensões indevidas pelas CE de medicamentos genéricos em trânsito com destino a países em desenvolvimento; a criação do Grupo sobre Pirataria e Contrafação, no âmbito da OMA; nova sessão do Comitê Assessor de Observância (ACE), da OMPI, após dois anos de paralisação; e a proposta de tratado, apresentada por Brasil, Equador e Paraguai, sobre limitações e exceções ao direito autoral em benefício dos

deficientes visuais, negociada no Comitê Permanente sobre Direito Autoral e Direitos Conexos (SCCR).

Em março, foi realizada sessão da Quinta Revisão de Política Comercial (V TPR-Brasil) na Organização Mundial do Comércio (OMC). Na ocasião, as principais medidas comerciais adotadas pelo governo no período 2005-2009 foram objeto de mais de 400 perguntas formuladas pelos demais países membros da OMC, todas devidamente respondidas. Coordenou-se, também, a participação do Brasil na Reunião Ministerial do Conselho da OCDE, onde a delegação brasileira foi convidada a participar, como observadora, dos debates sobre a luta contra o protecionismo no comércio internacional. Ainda no campo da OCDE, o Itamaraty articulou com representantes dos demais órgãos do governo a participação do Brasil em comitês e grupos de trabalho onde o país atua como membro observador. Foram iniciadas as negociações com a Cepal, em Santiago, com vistas à preparação do XXXIII Período de Sessões da Cepal, a ser realizado em Brasília, em junho de 2010. No plano das relações bilaterais com os EUA, foram realizadas duas importantes reuniões, ambas em dezembro: o Mecanismo de Consultas entre o MRE e o "U.S. Trade Representative – USTR", em Brasília, e o Diálogo de Parceria Econômica, entre o MRE e Departamento de Estado, em Washington.

A respeito de cooperação financeira e tributária, ocorreram as seguintes atividades: 1) maio: conclusão do Acordo de Reestruturação da dívida de Cabo Verde; 2) junho: rodada de negociações para reestruturação da dívida da Tanzânia; 3) julho: celebração do Acordo Brasil-Japão para isenção mútua de PIS (Programa de Integração Social) e Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) para companhias de transporte aéreo em rotas internacionais; 4) julho: celebração do acordo Brasil – Emirados Árabes Unidos para evitar dupla tributação de renda para companhias aéreas em rotas internacionais; 5) julho: idem com o acordo de cooperação financeira com o Japão para empréstimos da Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica) à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan); 6) agosto: Acordo para reestruturação da dívida do Suriname; 7) setembro: reunião do Fórum Global de Transparência e Troca de Informações em Matéria Tributária, no México, onde se decidiu o ingresso do Brasil como membro efetivo.

Sobre negociações de serviços, realizaram-se: 1) negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Mercosul; 2) coordenação de Grupo de Trabalho do Conselho de Aviação Civil (Conac) para aproximar política externa e transporte aéreo internacional; 3) atividades da Organização de Aviação Civil Internacional (Oaci); 4) consultas aeronáuticas com Angola, Coréia do Sul, Egito, Hong Kong, Marrocos, Moçambique, República Dominicana e Suriname; 5) participação em foros de investimentos no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); 6) coordenação interministerial para o Acordo sobre

Investimentos com o Chile; e 7) participação no Grupo de Trabalho sobre Transportes no foro Ibas (Índia, Brasil e África do Sul).

Promoção Comercial e Turismo

Sobre as Missões de Atração de Investimentos para o Programa de Aceleração do Crescimento e o Setor Portuário, foram realizadas as seguintes atividades de destaque: a) “roadshows” de divulgação de projetos prioritários do Programa de Aceleração do Crescimento junto a investidores institucionais na Rússia (Moscou), no Canadá (Montreal, Toronto e Vancouver) e Japão e Coreia (Tóquio e Seul); b) missões de atração de investimentos para o setor portuário na Dinamarca (Copenhague), Holanda (Antuérpia) China (Hong Kong) e Cingapura; c) organização do espaço de promoção institucional do Brasil durante a Conferência sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (COP-XV), em Copenhague, igualmente voltada para a apresentação de oportunidades a investidores institucionais; d) missões de investidores estrangeiros chineses ao Brasil (Eximbank Chinês); e) realização do Fórum Brasil-África Subsaariana: Empreendedorismo para o Desenvolvimento, em Dacar, Senegal, com a participação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e de empresas privadas.

A respeito das missões empresariais, o Itamaraty organizou a vertente empresarial e logística de visitas do Senhor Presidente da República ao exterior, a saber: Arábia Saudita, Cazaquistão, China, Bélgica, Alemanha, Peru, Suécia, Turquia e Ucrânia. Organizou, ainda, missões empresariais que acompanharam o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores em Guiné Equatorial, Guiné Bissau, Togo e Mali.

Com relação às atividades de inteligência e informação comercial realizou-se, com a utilização da rede de informática “BrazilTradeNet”, o atendimento a 1.110 consultas comerciais, entre solicitações de empresas brasileiras e estrangeiras, 24 reclamações comerciais, 3126 solicitações de usuários da “BrazilTradeNet”; 453 atualizações de dados básicos e de informações econômico-comerciais sobre diversos países, elaboração de 38 fichas-país, 6797 validações/atualizações de cadastros de empresas importadoras estrangeiras, 105 avisos com informações sobre oportunidades comerciais em concorrências públicas e licitações no exterior. Foram revisados e atualizados os guias “Como Exportar” para 20 países, além da feitura e atualização de 46 pesquisas de mercado.

Quanto ao Programa de Substituição Competitiva de Importações – PSCI, foram organizados eventos empresariais, seminários e grupos de trabalho nos países da América do Sul, sobretudo em parceria com a Bolívia e o Peru. No que se refere ao Foro Índia, Brasil, África do Sul (Ibas), foi elaborado levantamento de dados com foco na identificação de investimentos e de serviços

complementares, com vistas ao adensamento do comércio com o Bloco.

O Programa de Feiras e Exposições do Itamaraty no exterior apoiou a participação institucional de empresas em 68 feiras, sendo 22 mostras gerais e 46 setoriais, relativas aos seguintes setores da indústria: agropecuária, alimentação, fruticultura e floricultura (16); animais de estimação (1); equipamento de material de construção (2); Couro e calçados (1); Cosméticos (1); informática e telecomunicações (2); jóias (1); máquinas, ferramentas e ferragens (1); medicina e saúde (2); meio ambiente (1); mineração (1); móveis e decoração (1); têxteis confecção e moda (1) transporte ferroviário (1); turismo (13); e veículos (1).

No Brasil, o Itamaraty participou de 19 feiras dos setores de aquicultura e pesca, brindes, couro e calçados, construção, fruticultura, hospitalar, horticultura, hotelaria e turismo. Merecem destaque a participação nas feiras Fiam – Feira Internacional da Amazônia – e Ecogerma – Feira e Congresso sobre Energias Sustentáveis organizada pela Câmara de Comércio Brasil – Alemanha.

No que concerne a atividades que estimulem o fluxo de turistas ao País, o Ministério das Relações Exteriores, em coordenação com o Ministério do Turismo (MTur), o Instituto Brasileiro do Turismo e as Secretarias Estaduais de Turismo, atuou por meio de (i) apoio institucional à participação brasileira em eventos no exterior (feiras, salões e convenções) na área de turismo; (ii) apoio aos “Comitês Descubra o Brasil”, unidades presentes em países da América do Sul de promoção do Brasil como destino de viagens; (iii) intermediação nas relações entre o Governo brasileiro e a Organização Mundial do Turismo (OMT), em colaboração com o MTur; e (iv) intermediação em negociações referentes a acordos bilaterais na área de turismo. Aprovaram-se três Acordos Bilaterais de Turismo (Israel, Angola, Moçambique).

Cooperação

Cooperação Científica e Tecnológica

No âmbito do Programa Gestão da Política Externa, a Ação Sistema de Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação (SICTEX) permitiu incentivar a cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e países parceiros. Como resultado, foram realizadas 17 missões brasileiras ao exterior; a recepção a 10 delegações estrangeiras; a organização de 17 eventos internacionais; e a celebração de 6 acordos de cooperação.

Cooperação bilateral

O setor competente do Itamaraty executou a coordenação, negociação, aprovação, acompanhamento e avaliação, em âmbito nacional, da cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, recebida de outros países e organismos internacionais, e a cooperação horizontal entre o Brasil e outros países e organismos internacionais, em especial, com os países em desenvolvimento.

A cooperação técnica Sul-Sul bilateral do Brasil se concentrou nas áreas de agricultura (incluindo segurança alimentar), formação profissional, educação, justiça, esporte, saúde, meio ambiente, tecnologia da informação, trabalho, desenvolvimento urbano e bioenergia. Executaram-se 159 projetos e 305 atividades isoladas de cooperação técnica Sul-Sul, em benefício de 56 países em desenvolvimento. Dentre esses instrumentos, incluem-se aqueles que viabilizam operações trilaterais Sul-Sul em parceria com países desenvolvidos e organismos internacionais. Esse mesmo período testemunhou um crescimento superior a 150% no número de países beneficiários da cooperação brasileira (de 21 para 56 países).

Com o objetivo de imprimir novo status e nova dinâmica para a cooperação brasileira, adotou-se uma abordagem para a cooperação Sul-Sul do Brasil, baseada em ações “estruturantes”, que ofereceram diversas vantagens para a cooperação brasileira e, principalmente, para os países beneficiários: aumentou-se o impacto social e econômico sobre o público-alvo da cooperação e logrou-se assegurar maior sustentabilidade dos resultados da cooperação do Brasil. Nessa linha dos projetos “estruturantes”, o Itamaraty coordenou a implantação de “unidades de demonstração” para produção agrícola no Haiti e Mali, operadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa. No Haiti, a “unidade de demonstração” atuou como núcleo do Programa de Cooperação Brasil-Haiti em Agricultura e Segurança Alimentar. No Mali, o projeto tem abrangência regional, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da cadeia do algodão dos países do “Cotton-4” (Benin, Burkina Faso, Chade e Mali). Outro exemplo de projetos de maior impacto foram os Centros de Formação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, apoiados pelo Itamaraty. Dos 10 Centros, sendo que cinco (5) já estão em operação (Angola, Timor-Leste, Paraguai, Cabo Verde e Guiné-Bissau) e outros cinco serão implantados no decorrer de 2010 (Haiti, Guatemala, Bolívia, Jamaica e Moçambique).

A Cooperação Técnica Recebida Bilateral refere-se aos projetos de capacitação de instituições nacionais apoiados pelo Japão, Alemanha, Canadá, Espanha, Itália, França e Estados Unidos, com prioridade para os seguintes temas: meio ambiente, agricultura, saúde, administração pública, trabalho, promoção do tecido econômico e desenvolvimento social. Houve cerca de 120 projetos em execução, atendendo instituições públicas dos níveis federal, estadual e municipal, além da sociedade civil.

Cooperação trilateral

A cooperação trilateral permitiu potencializar a cooperação técnica Sul-Sul bilateral do Brasil. Dentre os países com os quais o Brasil trabalhou em projetos triangulares, destacaram-se o Japão e os Estados Unidos da América, com os quais encontram-se em fase de elaboração projetos de perfil “estruturante” no campo da agricultura. Outras parcerias trilaterais envolveram a Espanha, Canadá e Argentina, além de organismos internacionais (Fundo de População das Nações Unidas - FNUAP, Organização

Internacional do Trabalho - OIT, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA). O Governo brasileiro assinou instrumentos de parceria trilateral com a França, Itália, Egito, OIT e com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (EACDH).

Cooperação multilateral

Os programas de cooperação técnica com organismos internacionais têm sido instrumentos de apoio aos programas inovadores do Governo brasileiro. O Itamaraty atuou como contraparte governamental de 25 organismos internacionais e com a Comissão Européia para os assuntos afetos à cooperação técnica. Dentre os principais temas cobertos por essas parcerias, cabe ressaltar geração de emprego e renda em áreas urbanas e rurais, meio ambiente, desenvolvimento social, educação, saúde e administração pública. Cerca de 375 projetos encontram-se em execução na área multilateral, atendendo a instituições públicas dos níveis federal, estadual e municipal, além da sociedade civil.

Área Cultural

Procurou-se atender prioritariamente aos Programas de Difusão Cultural (PDCs), propostas de eventos culturais elaboradas pelas Embaixadas e Consulados, levando-se em conta as diretrizes da política externa brasileira. Dentre os principais Programas de Difusão Cultural (PDCs), merecem destaque a Exposição Burle Marx, em Berlim; o Ano Villalobos, com cerca de 85 recitais de música realizados em mais de 40 cidades do mundo; os eventos comemorativos dos estabelecimentos de relações diplomáticas com Tailândia, Coreia do Sul, Vietnã e Cingapura; a participação brasileira no Festival de Divindades Negras, no Togo; a participação brasileira no Festival Panafricano de Argel; e o Mês Cultural do Brasil no Timor Leste. Foram promovidos 690 eventos culturais.

A respeito de difusão do audiovisual, buscou-se apoiar a participação do cinema brasileiro em festivais internacionais. Foram realizadas sete grandes mostras, nas cidades de Buenos Aires, Bogotá, La Paz, Lima, Quito, Santiago e Seul. Houve cerca de 130 iniciativas de promoção do cinema brasileiro no exterior, entre os quais se destaca o Festival Internacional de Cinema de Berlim. Cabe mencionar, além dessas atividades, a realização do IV Prêmio Itamaraty para o Cinema Brasileiro. A divulgação cultural ocupou-se da manutenção dos sítios eletrônicos do Itamaraty, pela elaboração e distribuição de publicações acerca da realidade brasileira e pelo apoio a programas de rádio brasileiros no exterior. Foi lançada a 15ª edição da revista “Textos do Brasil”, intitulada Festas Populares (em português) e a versão em francês da 13ª edição da revista, chamada Sabores do Brasil. Publicou-se, também, o livro Ciência & Tecnologia no Brasil, em português, e o guia ilustrado do Palácio Itamaraty, em Brasília. Foram distribuídos aos Postos no exterior 9.659 exemplares de produtos (livros, CDs e DVDs).

Também merece menção o Programa Formadores de Opinião (PFO), destinado a divulgar a realidade brasileira, projetos e instituições bem-sucedidas em diversas áreas, para formadores de opinião estrangeiros. Foi organizado PFO para jornalistas surinameses.

A respeito do Programa Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior –, seguem os resultados das quatro ações que o compõem:

- Ação – Concessão de Bolsas, no Sistema Educacional Brasileiro, a Alunos Estrangeiros, promoveu a cooperação educacional, com destaque para os Programas de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG), que oferecem vagas em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. A Bolsa Mérito MRE, destinada a premiar os alunos do PEC-G que apresentem desempenho acadêmico excepcional, cresceu 60% no ano de 2009 em número de estudantes beneficiados. O valor da bolsa é de R\$ 500,00 mensais, e foram agraciados 128 alunos.

O PEC-PG recebeu 280 candidaturas e foram selecionados 188 estudantes, sendo 96 para Mestrado e 92 para Doutorado.

- Ação – Difusão da Língua Portuguesa e da Cultura Brasileira no Exterior: a Rede Brasileira de Ensino no Exterior (RBEx) é composta por 21 Centros Culturais Brasileiros (CCBs), 7 Institutos Culturais, 52 Leitorados e 2 Cursos de Português em Vice-Consulados (Artigas e Rio Branco), que registraram aproximadamente 27.000 matrículas em 2009. Deu-se início ao processo de abertura de três (3) novos CCBs, em Gaborone, Tel Aviv e Beirute. O Itamaraty apoiou a programação cultural nos CCBs; participou, junto com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do processo de seleção de leitores; e acompanhou as atividades por estes desempenhadas. Foi autorizada a abertura de treze (13) novos leitorados brasileiros em universidades estrangeiras, na China, Camarões, Costa do Marfim, Cuba, Gabão, Líbano, Paraguai, Peru, Ucrânia e Vietnã.

Ensino Profissional Diplomático

Com relação à Ação Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas –, a exemplo do que faz anualmente, desde 1945, o Instituto Rio Branco (IRBR) promoveu em 2009, em parceria com o Centro de Seleção e Promoção de Eventos (Cespe) da Universidade de Brasília (UNB), um Concurso Público de Admissão à Carreira de Diplomata. O IRBR tem procurado aumentar, gradualmente, a base geográfica de divulgação das informações a respeito do concurso, como forma de democratizar o acesso à Carreira. O concurso foi amplamente divulgado e realizado em 17 capitais de Estados, além de Brasília, e selecionou 109 novos alunos. Os aprovados no Concurso são empossados na classe inicial da Carreira – a de Terceiro Secretário – e matriculados no Curso de Formação de Diplomatas, que tem duração de um ano e meio. Após 6 meses de curso, os Secretários passam a cumprir estágio profissional na Secretaria de Estado. Desde 2002, é facultada aos alunos do Curso de Formação a possibilidade de fazer um

Mestrado em Diplomacia, no âmbito do Curso de Formação. Cerca de 30 vagas são oferecidas anualmente. No momento, 31 alunos da turma 2007 estão na fase de entrega da dissertação e 23 alunos da Turma 2008 encontram-se na fase de pesquisa e produção da dissertação.

Foram realizadas as edições LVI e LVII do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas. Na primeira, foram 42 inscritos, e 27 na segunda edição do ano. O Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas é direcionado a Segundos-Secretários, como pré-requisito à sua promoção à classe de Primeiro Secretário, sendo estruturado em 4 módulos de palestras e contando com exames escritos ao final de cada módulo. Nos últimos anos tem ocorrido um significativo aumento do número de inscritos no Curso de Altos Estudos (Cae). Em 2009 não foi diferente, com a apresentação de 98 novas inscrições. Neste ano, 60 novos projetos foram aprovados. Desse total, 29 teses obtiveram aprovação em sua fase final.

O programa de cooperação entre o IRBR e o Instituto del Servicio Exterior de la Nación (Isen), da República Argentina, teve início em 1997 e inclui programa de intercâmbio, por meio do qual os melhores alunos de cada Academia fazem um ano de curso na contraparte. Atualmente, dois alunos egressos do IRBR cursam o Isen, e duas alunas do Isen cursam o IRBR. Além disso, sete estudantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa participam do Curso de Formação, no âmbito do programa de estudantes estrangeiros 2009/2010.

O IRBR participou da III Reunião do Mecanismo de Coordenação entre Academias e Institutos Diplomáticos do Mercado Comum do Sul (Mercosul), realizada na Academia Diplomática do Chile "Andrés Bello". No âmbito do foro Ibas, o IRBR encaminhou proposta de memorando de entendimento trilateral, que formalizará a aproximação com as Academias Diplomáticas da África do Sul e da Índia, iniciada em 2007. Inaugurado em 2002, o "Programa de Ação Afirmativa do IRBR – Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia" conta também com a participação dos Ministérios da Ciência e Tecnologia (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq), Cultura (Fundação Palmares), além da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. No Processo Seletivo de 2008, finalizado em março de 2009, foram concedidas 39 bolsas, 27 das quais advindas de recursos orçamentários do IRBR. O Processo Seletivo de 2009, que será finalizado em março de 2010, oferecerá 64 bolsas, 52 das quais financiadas pelo orçamento do IRBR. O valor anual da bolsa-prêmio permanece em R\$ 25.000,00 para cada bolsista.

Pesquisa e Divulgação

A Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) implementou uma série de atividades em consonância com as suas competências institucionais e com o Programa "Análise e Difusão da Política Externa Brasileira", do Plano Plurianual – PPA, com a realização de 114 atividades ao todo. As atividades implementadas pela Fundação contemplaram a

realização de vinte eventos nacionais e internacionais, abrangendo encontros, palestras, seminários, cursos e conferências que contaram em seus debates com a participação de diplomatas, acadêmicos, especialistas nacionais e internacionais, autoridades, além de representantes da sociedade civil; a realização do Concurso – Prêmio América do Sul – sobre o tema “Peru: Evolução Recente e Futura”; o apoio/parceria para na realização de seis eventos; a realização de oito lançamentos de livros e do Prêmio América do Sul; a implementação de quatro estandes promocionais de vendas de livros; a participação em seis feiras e bienais de livros; a edição de sessenta e sete obras novas e a conclusão de mais vinte e uma obras que encontravam em restos a pagar de 2008, a publicação de 88 livros especializados ou relacionados aos temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática do Brasil. Dentre os eventos acima citados destacam-se os Seminários Preparatórios (temas: Crise Financeira; Integração da América do Sul; Processo de Paz no Oriente Médio; Reforma da Organização das Nações Unidas; Amazônia; Mudanças Climáticas) para a IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - IV CNPEPI - “O Brasil no mundo que vem aí”; a II Conferência de Comunidades Brasileiras no Exterior e sua Reunião Preparatória; as realizações dos Seminários sobre Desenvolvimento Econômico (I, II, III, IV e V); o VI e VII Curso para Diplomatas Sul-Americanos; e o I Curso à Distância sobre Desenvolvimento Econômico.

Atendimento Consular

O principal a ressaltar é o avanço exitoso de projetos em duas grandes áreas: de um lado a informatização e a modernização dos serviços consulares e, de outro, o estabelecimento de nova interação com as comunidades brasileiras no exterior. No primeiro caso, em cerca de 70 Postos no exterior foi instalado e está em operação o Sistema Consular Integrado (SCI), que informatiza as atividades de controle e emissão de passaportes biométricos, vistos e atos notariais e registro civil. No segundo caso, foi realizada a II Conferência “Brasileiros no Mundo”, foi aprovada a criação do “Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior”, estabeleceu-se sistema de eleições dos seus membros titulares e respectivos suplentes e concebeu-se sistema “on line” de registro, acompanhamento e prestação de contas de demandas da diáspora brasileira. Independentemente dessas duas grandes ações, cabe destaque, entre outras, às seguintes realizações em 2009: (1) criação da Ouvidoria Consular para o processamento de comentários, sugestões, elogios e críticas referentes ao serviço consular; (2) lançamento da Carteira de Matrícula Consular biométrica pelos Consulados-Gerais nos Estados Unidos; (3) ampliação da assistência a detentos brasileiros no exterior; e (4) início das providências para o reforço na assistência consular na África do Sul durante a Copa do Mundo de 2010. Realizaram-se ainda a II Conferência “Brasileiros no Mundo”, voltada para a prestação de contas dos órgãos de Governo sobre suas políticas para as comunidades brasileiras no exterior e para a institucionalização do sistema de Conferências e do Conselho de Representantes das Comunidades Brasileiras no Exterior; e o lançamento

do Portal das Comunidades Brasileiras no Exterior. Tendo em vista que das atividades descritas acima nem todas acarretam dispêndio de recursos das ações em questão, o desempenho dessa Unidade Gestora não pode ser corretamente medido pelo simples cotejamento dos recursos disponíveis e gastos no exercício. Contudo, mesmo sob o ponto de vista estritamente orçamentário, o desempenho do DCB deve ser considerado satisfatório, tendo em vista – no caso da Ação - a natureza imprevisível das demandas que recaem sobre essa ação (determinadas em ampla medida por situações emergenciais como catástrofes naturais, conflitos armados e alterações de ordem política ou econômica em países estrangeiros, ou pela celebração de acordos que permitem o desenvolvimento de programas de regularização migratória). Assim, o gasto a menos de recursos nessa rubrica pode indicar ter havido menor número de emergências ou, então, economia de recursos advinda da utilização, sempre que possível, de UTIs aéreas e aeronaves militares da Força Aérea Brasileira como forma de redução de custos em casos mais onerosos de repatriação de brasileiros.

O Serviço Exterior

Foi implementado o Projeto de Sistema de Recursos Tecnológicos dos Postos, que deverá padronizar e modernizar a área de tecnologia da informação (TI) dos postos. Foram gerenciados contratos de prestação de serviços para o desenvolvimento, suporte e assistência de programas e sistemas de informática, transporte de malas diplomáticas, serviços de correio, acesso à Internet e à Infolia; e foram promovidos 86 cursos de treinamento para 1.235 servidores. O Itamaraty deu prosseguimento ao desenvolvimento do Sistema Integrado de Administração, que permitirá a consolidação e padronização de toda a gestão financeira do Ministério, instituiu novo correio eletrônico institucional e concluiu os estudos técnicos para a reformulação do sítio eletrônico do MRE na Internet e para a padronização dos sítios dos postos. O Programa “Gestão da Política Externa” foi realizado a contento, pois o percentual de execução financeira total resultou superior a 70% e, para a maioria das Ações, a execução física atingiu percentual igual ou superior a 60% da meta estimada, à exceção da Ação - “Construção do Anexo III do Ministério das Relações Exteriores”, pois não foi possível licitar as obras em decorrência do atraso na aprovação dos projetos executivos pela Administração de Brasília. Pela Ação – “Manutenção do Cerimonial”, foram realizados eventos relacionados a visitas de 127 altas autoridades estrangeiras ao Brasil, entre as quais 38 Chefes de Estado, 5 Chefes de Governo e 37 Chanceleres, e, pela Ação “Missões Oficiais do Presidente e Vice-Presidente da República ao exterior”, foram possibilitadas 43 Missões oficiais a 30 países. No âmbito da Ação - “Cooperação com Países de Língua Oficial Portuguesa e Países Membros de Organismos Regionais Africanos”, foram registrados 68 eventos. A Ação 1 – “Sistema de Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação (Sictex)” permitiu incentivar a cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e países parceiros, e a Ação - “Cooperação Técnica Internacional” implementar 915 projetos.